

# O futuro de nossa economia

Nesta e na página seguinte, economistas procuram antecipar como será a economia brasileira em 1982. Eles concordam em um ponto: o Brasil voltará a crescer, embora pouco — entre 1 e 3%.

*Brasil*

A única possibilidade de um crescimento econômico neste ano de 1981 depende do comportamento do setor de serviços, justamente o item principal para a avaliação do Produto Interno Bruto. É verdade que, desde 1960, o crescimento desse setor sempre foi positivo, mas é aí que pode ocorrer manipulação de dados, por causa da maior dificuldade de se fazer esse cálculo. E um aumento hipotético de 4%, nesse setor, já permitiria que o crescimento nominal do PIB deixasse de ser negativo.

O crescimento econômico de 1981, de qualquer forma, não será capaz de produzir uma renda proporcional ao aumento da população brasileira. Por isso, a preocupação agora é 1982. Estaria a razão com o ex-ministro Mário Simonsen, para quem 1982 apresentará recuperação até por questão de equilíbrio, depois da recessão deste ano? Do que depende a recuperação? É possível fazer algo sem comprometer as contas externas do País?

Essas perguntas foram feitas a vários economistas. As respostas — de José Paschoal Rossetti, da Universidade Mackenzie; Edy Luiz Kogut, da FGV-Rio e corretora Omega; Alkimir Moura, da FGV-SP e Pão de Açúcar; e José Júlio Senna, da Pós-Graduação em Economia da FGV e Escritório Levy — embora não deem margem a grande otimismo, fazem prever um ano melhor: a economia crescerá, na opinião deles, entre 1 e 3%.

Só não há dúvida sobre um ponto: os brasileiros acordarão mais pobres em 1982, mesmo que haja uma certa recuperação econômica neste fim de ano. Isto porque, como dizem as estatísticas do IBGE, a população terá crescido mais — cerca de 2,5% no ano — que o Produto Interno Bruto, isto é, o índice de renda brasileiro, de 1981, que terá evolução nula ou negativa, segundo os primeiros cálculos da Fundação Getúlio Vargas.

Essa perspectiva se baseia em evidências. Entre janeiro e agosto, por exemplo, a produção industrial caiu 6,1% em relação ao mesmo período de 1980. Na melhor das hipóteses, chegaremos ao final de ano com os mesmos 6% de queda, segundo economistas ligados ao governo paulista. “Não há hipótese plausível que aponte o contrário” — afirmam.

Como o número mais provável para a indústria é -8%, e o peso da produção industrial na formação do PIB é de 36,3%, só por aí o PIB cairá 2,9%. A hipótese mais favorável para a agricultura, -10% (os economistas em geral prevêem 6 ou 7%), levaria a uma contribuição de 1% (o peso da agricultura no PIB é de 10,2%).

Reportagem de Fábio Pahim Jr.

## PRODUTO INTERNO BRUTO

Uma recuperação, embora pequena.

Para justificar sua previsão de um baixo crescimento em 1982, o professor José Paschoal Rossetti usa uma conceituação histórica. “Vivemos um ciclo de estagnação (inflação com recessão) das economias nacional e mundial, com reacomodações” — afirma.

Enquanto que as décadas de 50 e 60, “salvo percalços conjunturais”, e mesmo a primeira metade dos anos 70 “foram de expansão do PIB e do emprego”, segundo Rossetti, o realinhamento da economia a um crescimento menor vem desde 1975, e será “de média para longa duração”.

O ano de 1980, com crescimento de 8% no PIB, representou forte desajuste, mais amplo que o de 1979, chegando-se à estagnação em 1981. “Em relação à taxa potencial de crescimento econômico, de 8% em vista do dinamismo demográfico, 1982 deverá ser — segundo Rossetti — mais um ano de recessão, sendo incerto porém o grau.” Ele estima que o crescimento estará muito abaixo da taxa potencial.

Para José Júlio Senna, para prever 1982 é preciso conhecer a política que será adotada pelo governo. “Mas uma vez que a restrição básica para nosso crescimento — balanço de pagamentos — ainda não estará resolvida ou eliminada não devemos esperar qualquer reversão na política macroeconômica em geral.”

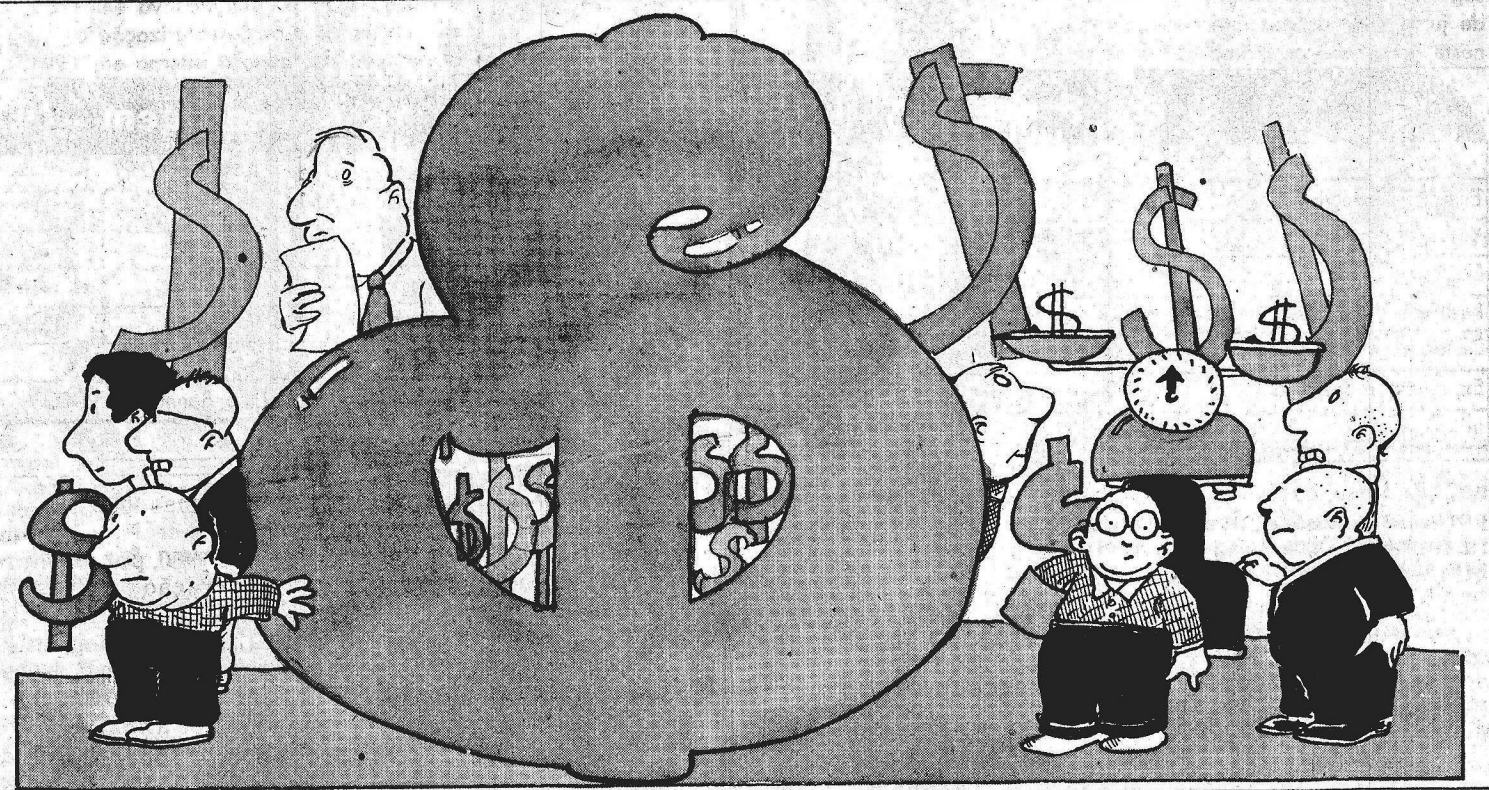
Avaliando entre 1 e 3% o crescimento do PIB em 1982, Senna considera que a recuperação industrial poderá atingir até 2%, atingindo no máximo 4% o crescimento dos setores agrícola e de serviços.

Para Alkimir Moura, “partindo de um nível tão baixo em 1981, piorar é difícil. Além disso, há margem adicional de manobra. Talvez o governo possa investir via estatais, por falta de escolha, uma vez que o setor privado está deprimido”. O economista da FGV-SP considera que “os setores industriais mais favorecidos serão os de bens de capital, produtos intermediários (matérias-primas), produtos siderúrgicos, cimento, sem nenhuma perspectiva melhor para o setor de bens de consumo durável. A indústria automobilística não deverá crescer a taxas altas”.

Para Edy Kogut, se 1981 vai terminar semelhante a 1965, “com grande crescimento agrícola e queda rápida do produto industrial”, 1982 poderá apresentar uma evolução do PIB de 3 a 5%. Para isso, Kogut espera uma ligeira queda na taxa externa de juros, desvalorização do dólar relativamente às outras moedas, melhoria (conquanto modesta) no preço das commodities e melhores perspectivas na política cambial, por propiciar menores desvalorizações do cruzeiro face ao dólar.

**Unanimidade**  
Há unanimidade entre os economistas quanto à evolução do produto agrícola — será inferior à deste ano, em face da queda da produção do café e das geadas que também prejudicaram outras culturas, além do atraso das chuvas na época do plantio, neste segundo semestre. Torna-se possível, portanto, que a produção agrícola cresça num nível próximo da sua média histórica de 4,4% no período 1948/1980, quando o crescimento médio da indústria foi de 8,7%.

Como o setor de serviços está ligado ao industrial, do ponto de vista dos indicadores, é difícil imaginar sua expansão em 1982, salvo se associada a uma expansão



## INFLAÇÃO

Os preços vão baixar. Falta definir quanto.

A inflação deve cair. Pelo menos, esta é a expectativa generalizada para 1982. A média mensal, este ano, foi de 5 por cento, o que corresponde a 79,6 por cento ao ano. Os especialistas acham que haverá uma variação de 5 pontos, para mais ou menos, nesse número. O que apresentaria 1982 como um ano mais folgado. As variações vão depender, principalmente, de fatores conjunturais.

Economistas ligados ao governo de São Paulo fazem seu prognóstico: “Se houver um forte aperto monetário e creditício, semelhante ao de 1981, a inflação cairá muito mais, naturalmente ao preço da queda da produção”.

A opinião de Rossetti não é muito diferente, embora ele não cite dados: “O governo terá de optar entre mais inflação e menos desemprego, ou o contrário. A dosagem não pode ser antecipada com segurança, agora”.

Senna faz seus cálculos vinculando a inflação à possível política monetária em 1982. Uma evolução nos meios de pagamentos, na base de 65 por cento, seria compatível com uma inflação entre 80 e 85 por cento. Isso representaria a continuação da atual política econômica. O professor entende, porém, que a inflação não é o principal item entre as preocupações: “A política macroeconômica continuará voltada para o

setor externo, mas com efeitos favoráveis sobre a taxa de inflação. A política de combate à inflação é compatível com a necessidade de ajustar o setor externo”.

## Tendências

Edy Kogut acredita que “o essencial para avaliar a inflação são as tendências”. Nos últimos seis meses o índice de Preços no Atacado, projetado para um ano, resultaria em inflação de 85,7 por cento. Mas se a mesma operação fosse feita com base nos últimos três meses o resultado alcançado seria outro: 80 por cento.

A exemplo de Senna, Kogut calcula entre 80 e 85 por cento a inflação de 1982, medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas. Ele explica: “Isto é compatível com uma correção monetária de 80 por cento e uma desvalorização cambial de 75 por cento, sempre dentro da premissa de uma política de austeridade, compatível com ligeira melhoria no crescimento industrial e sem afrouxamento das políticas fiscal e monetária”.

Kogut aponta os principais obstáculos para uma queda maior da inflação: taxa cambial, juros, correção monetária e política salarial. Todos eles são considerados mecanismos de realimentação dos preços. Kogut faz uma avaliação: “Se for possível desacelerar a correção cambial, seria possível reduzir os juros, com menos efeito sobre

a realimentação da inflação. Resta ainda saber se não haverá alteração na política salarial, o que é uma decisão puramente política”.

## Psicologia

Alkimir Moura não despreza o fator psicológico na queda da inflação. Mas procura não ser excessivamente otimista: “Pode-se esperar redução, mas não muito drástica na taxa de inflação, consistente com uma recuperação da economia”.

O professor da Fundação Getúlio Vargas aponta suas razões para que a inflação caia: 1 — queda nas taxas externas e internas de juros; 2 — redução de capacidade ociosa, com menor custo por produto e menor pressão sobre preços; 3 — esperança de que os preços do petróleo se mantenham sem grandes alterações, apesar do assassinio de Sadat e de seus possíveis desdobramentos; 4 — menor desvalorização cambial, devido à desvalorização do dólar em relação às moedas do Sistema Monetário Europeu.

Parece não existir dúvida a respeito de um ponto: a inflação para o consumidor será maior do que para as empresas. Ainda há uma grande diferença entre o crescimento histórico dos preços no atacado e no varejo. Estes estão crescendo mais rapidamente, o que compensará a diferença talvez em 1982.

## BRASIL-82

A partir de hoje, publicaremos uma série de artigos de empresários e economistas sobre as perspectivas da economia brasileira no ano que vem.

## A Volks já escolheu seu caminho

Por Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen do Brasil.

A Volkswagen do Brasil, a exemplo do que ocorreu em 1980 e inevitavelmente se repetirá no atual exercício, deverá, também, fechar o seu balanço de 1982 com prejuízos. É o preço pago à adaptação a uma nova realidade, que tende a estabelecer as diretrizes de um modelo econômico mais sólido e menos sujeito às mutações internacionais.

Na verdade, 1981 está sendo o ano da descoberta do novo caminho, e o próximo, que de nenhuma forma possibilitará grandes avanços, será, certamente, menos ruim: o mercado deverá acusar uma expansão, ou melhor, uma recuperação de 3 a 5 por cento sobre os fraquíssimos resultados do atual exercício. O congelamento dos preços do petróleo, com reflexos positivos sobre a balança comercial, a queda da inflação para 70 ou 80 por cento e a quebra da corrente de incerteza que envolve a classe média assalariada trarão um certo desafogo. As taxas de juros, no entanto, continuarão altas, uma vez que as instituições financeiras são levadas a buscar o equilíbrio de sua rentabilidade, mesmo com menor volume de negócios.

Em 1981, chegamos literalmente ao fundo de um poço nada raso, o que está evidente diante da capacidade ociosa do setor, que beira os 50 por cento. Mas confiamos no acerto das medidas governamentais e estamos planejando o futuro com realismo, embora conscientes de que uma recuperação com vendas novamente aos níveis de 1979 não será rápida: se tanto sacrifício já foi feito para amenizar os problemas mais agudos do País, devemos completar o processo até o fim. Isso quer dizer que, mantidas as regras do jogo, somente em 1984 ou 1985 poderemos alcançar resultados próximos aos de dois anos atrás e, a partir daí, retomar um lento processo de expansão, que deverá ser, em média, de 3 por cento ao ano até o final da década.

A política econômica do governo impõe, inevitavelmente, sacrifícios gerais, mas, tecnicamente, é capaz de resolver nossos principais problemas. As-



sim, o objetivo da VWB é otimizar suas metas no sentido de manter a sua participação no mercado (cerca de 50 por cento). Em 1982 esperamos exportar entre 600 e 650 milhões de dólares, contra os 450 ou 500 milhões de dólares deste ano. Será, sem dúvida, um excelente resultado, porque o comércio internacional tem três estágios: a conquista, a defesa e a consolidação do mercado. E isso a VWB vem conseguindo realizar em mais de 80 países dos cinco continentes, desde fevereiro de 1970, quando, pioneiramente, realizou a sua primeira venda externa, a de uma Variant para o México.

Tanto acreditamos que as dificuldades são temporárias e que a retomada da normalidade se dará de forma gradual, que continuaremos efetivando investimentos destinados, sobretudo, ao desenvolvimento das nossas exportações, de novos produtos e no aperfeiçoamento da qualidade e de processos e métodos de produção.

Há razões para esse otimismo realista: a conjuntura internacional adversa, raiz de todos os problemas, começa a se ajustar em bases mais estáveis e as mudanças estruturais internas asseguram saídas positivas a médio prazo, sem a necessidade de se recorrer a tratamentos traumáticos e de resultados finais duvidosos. Os preços do petróleo, causa maior de nossas dificuldades, deverão ficar congelados em 1982 e seus derivados, no mercado interno, serão reajustados proporcionalmente à correção cambial, o que, de certa forma, já é um alento. Além disso, o Proálcool está sendo executado de modo a se esperar que a produção de álcool carburante, maior a cada safra, tenha peso significativo na diminuição da dependência externa do petróleo, o qual terá a sua produção interna aumentada, até 1985, para 500 mil barris diários, o correspondente a 2/3 das nossas importações atuais. Também realimentam a nossa esperança as grandes inversões de recursos em pesquisa e exploração de diversas fontes alternativas de energia, no aumento da produção de insumos básicos e estratégicos e a ênfase exportadora e agrícola, medidas cujos reflexos serão positivos para todos.

No caso específico da indústria automobilística, as perspectivas, a médio prazo, são promissoras. Isso porque a estrutura do transporte no Brasil ainda é basicamente rodoviária, predominando o automóvel como ferramenta de trabalho e não como bem perigoso e dispensável. Ele completa e atenua a escassez do transporte coletivo, cuja evolução não pode acompanhar o crescimento das cidades, além da necessidade de reposição da frota circulante (cerca de 8 milhões de automóveis); há apenas um veículo para cada grupo de 15 pessoas, enquanto que em países da Europa e Estados Unidos, uma em cada duas pessoas é motorizada. E, lá, o setor automobilístico continua crescendo, embora a taxas mais modestas. Por isso, acreditamos que o potencial do mercado brasileiro é uma garantia de que a indústria automobilística tem espaço para voltar a se expandir.

industrial, o que não se prevê “num ano marcado pela austeridade”, como diz Kogut.

## BALANÇO DE PAGAMENTOS

As dívidas continuarão crescendo

Item mais crítico da política econômica, o comportamento das contas externas em 1982 deverá ser semelhante ao de 1981. Para José Júlio Senna, as correções monetária e cambial permanecerão no mesmo nível e superiores à inflação anual e mensal durante o primeiro semestre de 1982. O professor de macroeconomia considera que isto é coerente com a política econômica, e necessário, porque ainda existe uma defasagem do cruzeiro em relação às moedas externas, “embora não ao dólar”, prevista em 12,2% em dezembro de 1981 sobre novembro de 1979, mês que antecedeu a maxidesvalorização (veja o quadro na página ao lado).

Essa análise de Senna contrasta com a de Edy Kogut, ex-vice-diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia de FGV (Rio), para quem, a desvalorização do dólar em relação às demais moedas convertíveis — que prevê vá continuar — aliada à queda das taxas internacionais de juros, permitirá desvalorizações cambiais menos aceleradas, e até uma queda nominal e real dos juros internos, favorecendo uma política monetária mais flexível.

Todos os economistas consultados preveem que o melhor resultado do balanço de pagamentos em 1982 será a balança comercial, que poderá registrar um superávit de até 3 bilhões de dólares.

Senna estima que as taxas de juros internacionais (da ordem de 17% para o Libor, a taxa interbancária de Londres) levarão a um desembolso bruto de juros de 10,6 bilhões de dólares em 1982, ou um acréscimo de mais de 2 bilhões sobre 1981, o que significa que o superávit na balança comercial precisará cobrir a diferença do acréscimo de juros. Os 10,6 bilhões de dólares levam em conta um endividamento bruto de 71 bilhões, dos quais 9 bilhões na dívida de curto prazo, que não é divulgada. Desse total, 70% estariam sujeitos à Libor e à prime-rate (a taxa referencial norte-americana) e os outros 30% a taxas fixas, da ordem de 10% ao ano.

Deduzidos juros positivos de 1,2 bilhão de dólares (referentes às aplicações das reservas cambiais e a juros de financiamentos concedidos a importadores de produtos brasileiros), a conta líquida de juros, em 1982, deverá atingir 9,4 bilhões, enquanto os outros serviços do balanço de pagamentos (transportes, fretes, royalties, aluguel de equipamentos, turismo etc.) consumirão 4,5 bilhões de dólares. O déficit em contas correntes, portanto, deve ser da ordem de 11 bilhões de dólares, segundo Senna, “o que significaria uma necessidade bruta de recursos da ordem de 19 bilhões de dólares em consequência da necessidade de amortizar cerca de 8 bilhões da dívida passada”. Como 4 bilhões de dólares poderão ser obtidos de supplier's credits, investimentos diretos e financiamentos de organismos internacionais, restam 15 bilhões para serem tomados em moeda, à semelhança de 1981.

## EMPREGO

Uma situação ainda difícil

A situação do emprego será pior em 1982 do que neste ano. Há unanimidade a esse respeito. Ao fazer a previsão, os especialistas não pensam no aumento do desemprego, mas na mão-de-obra nova que chegará ao mercado.

Alkimir Moura comenta a situação: “Viver-se a quatro anos difíceis e não há como alterar muito esse quadro. A realocação de mão-de-obra seria difícil, o mesmo valendo para quem está saindo da Faculdade, ou está entrando no mercado de trabalho. A taxa de desemprego, entretanto, tende a reduzir-se, partindo de 1981 como ano-base”.

Edy Kogut lembra que a questão do emprego é controversa. Há o chamado “desemprego fluxional”, normal em qualquer economia dinâmica. Resulta do envelhecimento de alguns setores, que se tornam obsoletos, falências, etc. E há o tipo de desemprego conhecido como subemprego. Há, também, o desemprego involuntário, resultante de políticas de estabilização.

O diretor da corretora Omega faz seus cálculos: “Acho que o desemprego involuntário diminuirá, se houver ligeira melhoria na área industrial e de serviços. Seria pior se continuasse a queda do produto industrial”.

## DÍVIDAS E JUROS

O governo deverá ainda mais

José Júlio Senna não tem dúvida: a dívida interna vai aumentar. O motivo: dificilmente, na opinião dele, o governo terá condições políticas de cortar substancialmente o déficit fiscal, especialmente os subsídios. Senna tem uma previsão pessimista: “Não alimento esperanças quanto a uma grande redução no déficit fiscal. Será mais difícil reduzir o déficit em 1982 do que neste ano”.

O diretor do Escritório Levy admite que o custo social da estratégia é muito alto: “Mas chegou-se a um nível tão elevado de inflação e a um limite tão crítico nas reservas internacionais que não há alternativa factível de política”.

O nível dos juros, cuja redução os economistas ligados ao governo paulista consideram essencial para viabilizar alguma retomada na atividade econômica, tenderá a reduzir-se mais a níveis nominais do que reais. A redução poderá decorrer, assim, de queda ainda que pequena nos níveis de juros internacionais, da redução possível (em face da inflação) das correções monetária e cambial, ou ainda de providências mais fortes como seriam a conjugação de uma vinculação absoluta entre a captação de recursos externos e os empréstimos internos, eliminando-se o controle quantitativo do crédito em cruzeiros.

Para Edy Kogut, todo otimismo quanto a uma redução dos juros parte da premissa de menores taxas externas e menores desvalorizações cambiais. “Caso contrário” — afirma —, “a taxa real continuará no nível de 30% ao ano, com manutenção do crescimento negativo. Mas isto é o menos provável”.